

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CIÊNCIA ECONÔMICA PARA OS JOVENS ASPIRANTES DA ESCOLA NAVAL

Professora Ana Carolina Aguilera Negrete

INTRODUÇÃO

Nos meus cinco anos de magistério na Escola Naval, tive a oportunidade de vivenciar momentos especiais proporcionados pelos meus jovens alunos, em nossos encontros semanais. Consciente da importância da minha missão como educadora, meu desafio maior é conseguir despertar o interesse dos meus alunos pela minha disciplina mostrando como a teoria econômica lhes pode ser útil em suas decisões.

APLICAÇÃO DE CONCEITOS ECONÔMICOS BÁSICOS

Ao apresentar o primeiro conceito básico: “*economia é a ciência que estuda como alocar os recursos escassos diante das necessidades humanas ilimitadas*”, procuramos mostrar como nossas decisões estão norteadas por um desejo de maximizar nossa satisfação, enquanto consumidores, e/ou maximizar nosso lucro, enquanto empresários, porém sujeitos a restrições de orçamento ou de recursos produtivos (trabalho, capital, terra, matéria-prima). Daí a importância de tomarmos decisões corretas uma vez que tudo em economia implica um “*custo de oportunidade*”, ou seja, aquilo que *deixamos de ganhar* ao mantermos, por exemplo, nossos investimentos em caderneta de poupança em vez de aplicarmos no mercado de ações.

No primeiro semestre, estudamos a Microeconomia ou Teoria dos Preços. Qual o objetivo? Entendermos como os preços dos bens e serviços que consumimos no nosso dia a dia são determinados pela interação entre vendedores e compradores em mercados específicos. Por que o desejo de comprar dos consumidores a cada nível de preços é diferente do desejo dos vendedores de ofertar bens e serviços, afastando a economia

de seu ponto de equilíbrio? Devemos levar em consideração que as preferências dos consumidores variam de acordo com a idade, cultura, religião, nível de renda, assim como as variáveis que afetam a oferta por parte dos produtores dependem das metas dos empresários, condições climáticas, custo de produção etc. Mostrar essas diferenças provavelmente seja uma das partes mais importantes do curso, daí a necessidade de aplicarmos a condição “*coeteris paribus*”, isto é, “tudo o mais constante”, a fim de simplificarmos a análise e explicarmos, por exemplo, o efeito que uma variável possui na intenção de compra de um consumidor: “quanto maior o preço de um determinado bem ou serviço, menor a quantidade que os consumidores desejam comprar daquele produto, *coeteris paribus*”, ou seja, mantidas as demais variáveis como renda, preço dos bens substitutos e complementares e o gosto do consumidor constantes.

Dentro da Microeconomia tradicional, as abordagens fundamentadas na Teoria dos Jogos, fundada por Von Neuman e Morgenstern, em 1944, no livro “Teoria dos Jogos e Comportamento Econômico”, se destacam. Essa teoria vem a ser um ramo da Matemática aplicada à Economia que estuda a interação entre agentes para definir a melhor escolha, quando custos e benefícios desta dependem da escolha dos outros. Existem modelos formais que embasam esse estudo.

Essa teoria é utilizada para analisar vários fenômenos econômicos como leilões, negociações, oligopólios e estratégias de guerra. Jogos de equilíbrio, cujo mais famoso é o de Nash, que originou o filme biográfico “Uma Mente Brillhante”, são conjuntos de estratégias. O exemplo mais conhecido dessa teoria é o “Dilema dos Prisioneiros”, em que suspeitos de terem cometido o mesmo crime são presos, mas não há provas suficientes para condená-los. Na prisão, ficam em celas separadas. A polícia visita cada um deles e lhes faz a mesma proposta. Se A testemunhar contra B e B ficar calado, o traidor sai em liberdade, enquanto o cúmplice leva 10

anos de prisão. Se ambos ficarem calados, serão sentenciados com apenas 6 meses de prisão. Se ambos se traírem mutuamente, terão uma pena de 2 anos de prisão. O dilema surge quando qualquer um dos prisioneiros apenas se preocupa em minimizar o seu próprio tempo de prisão, ou seja, cada prisioneiro tende a racionalizar sua melhor escolha. O resultado ótimo para o grupo seria a cooperação entre as partes mas, como acabam se traíndo mutuamente, obtêm um resultado pior, mostrando a dificuldade de cooperação entre os agentes.

Estrategistas militares usam esta teoria para estudar conflitos de interesses por meio de batalhas que resultarão em vitória ou derrota. A Marinha americana utilizou esta teoria durante a Segunda Guerra Mundial em operações antissubmarinas e financiou pesquisas na Universidade de Princeton. Em 2005, o economista norte-americano Thomas Schelling, da Universidade de Maryland, e o matemático Robert Aumann, da Universidade Hebraica de Jerusalém, ganharam o Prêmio Nobel de Economia por seus trabalhos na área da Teoria dos Jogos. Um dos livros mais influentes de Schelling, “A Estratégia do Conflito”, foi escrito no final dos anos 50, período de emergência da Guerra Fria. A partir de sua pesquisa, a teoria passou a ser aplicada aos dois problemas que mais ameaçavam o mundo: a segurança global e a corrida armamentista.

As Forças Armadas têm a necessidade de tomar decisões num contexto de grande incerteza. A teoria dos jogos assume que cada contendor é racional na sua tomada de decisão e tenta antecipar a jogada do seu adversário. Desta forma, obriga cada país a colocar-se na posição do outro antes de decidir qual a melhor estratégia a seguir.

Já no segundo semestre, passamos para a parte da teoria econômica denominada Macroeconomia, que trata da evolução da economia como um todo, analisando a determinação e o comportamento dos grandes agregados, como renda e produtos nacionais, investimento, poupança e consumos agregados, nível geral de preços, emprego, estoque de moeda e taxa de juros, balanço de pagamentos e taxa de câmbio, com o objetivo de delinear uma política econômica que atenda aos objetivos nacionais como crescimento e desenvolvimento econômico, controle da inflação, distribuição equitativa da renda etc.

Quando ouvimos falar que o Banco Central aumentou a taxa de juros devido ao risco de aumento da inflação, o câmbio está valorizado, a Bovespa fechou em queda, o preço do petróleo bateu novo recorde, acontecimentos na conjuntura econômica internacional e nacional que afetam o nosso cotidiano, o nosso bolso, torna-se importante entendermos que a lei geral

da oferta e da demanda está por trás desse cenário, já que, quando existe um descompasso entre as decisões dos agentes, o preço tende a subir ou cair, acarretando desequilíbrios na economia.

Dois exemplos atuais desses desequilíbrios merecem destaque.

Um deles é a inflação mundial dos alimentos em anos recentes. Podemos apontar algumas causas para esse fenômeno. A economia mundial cresceu 20% nos últimos quatro anos, provocando um aumento no consumo dos alimentos, principalmente nos países emergentes, onde vivem aproximadamente 30% da população mundial. Os recordes sucessivos do preço internacional do petróleo aumentaram os preços dos transportes e de insumos como fertilizantes e adubos, elevando os custos dos produtores. Além disso, a ação dos especuladores contribuiu para o aumento de alimentos como o trigo, já que a crise global de crédito, originada nos EUA, fez com que investidores procurassem fundos de commodities como alternativas para ganhar dinheiro, provocando também a queda do dólar no mercado internacional.

O aumento da produção destinada aos biocombustíveis tem sido, igualmente, apontada por especialistas como uma das causas para a crise dos alimentos; no entanto, devemos considerar que o etanol brasileiro é produzido a partir da cana-de-açúcar e, dos 355 milhões de hectares disponíveis para o plantio no país, somente 90 milhões seriam adequados à cultura da cana, que atualmente ocupa apenas 7,2 milhões de hectares. A oferta mundial de comida também foi prejudicada por fatores naturais como secas, enchentes em países como China e Austrália, o que representa uma barreira à saúde e à educação, principalmente nos países mais pobres, além de causar protestos e conflitos nessas regiões, representando uma ameaça à estabilidade mundial.

Outro exemplo é a crise financeira mundial. A crise do subprime foi tema de grande destaque no cenário econômico internacional em 2007-2008. Notícias de que perdas relacionadas ao financiamento de imóveis nos EUA eram muito elevadas, ameaçando a saúde financeira de bancos e fundos de investimento, abalaram os mercados financeiros.

Algumas causas podem ser apontadas para essa crise. De 1997-2006, os imóveis residenciais americanos tiveram forte valorização, apoiada na expansão do crédito imobiliário, que compreende mais de dois terços das residências próprias nos EUA. O mercado de hipotecas movimentou entre 2001 e 2006 uma média anual de US\$ 3 trilhões em novas operações, devido à inclusão no mercado de devedores subprime, ou seja,



Turma GM 2007

de pessoas físicas com elevado risco de crédito que apresentavam renda incompatível com as prestações, operações que não contavam com as garantias tradicionais oferecidas pelo governo americano a empréstimos residenciais para tomadores de baixa renda.

Os créditos subprime apresentavam outras características que enfatizavam seu risco. Tratava-se de operações de longo prazo, normalmente de 30 anos, envolvendo duas formas de pagamento: um período inicial curto, de 2 ou 3 anos, com taxas de juros e prestações fixas e relativamente baixas; outro período, de 27 ou 28 anos, com taxas de juros e prestações elevadas e reajustadas com base em taxas de mercado, como a Libor. Os tomadores subprime costumavam enfrentar dificuldades para continuar pagando essas dívidas, quando o período inicial chegava ao fim. Até 2006, a saída mais fácil era trocar a dívida por uma nova hipoteca do tipo 2/28 ou 3/27, mas de valor mais alto. O elevado preço dos imóveis permitia essas transações.

A obtenção de recursos através da venda de títulos no mercado de capitais financiava o crescimento dos subprimes. O processo iniciava-se com a transferência dos contratos de hipotecas para um único fundo de investimento que emitia cotas de classes diferentes de acordo com risco-retorno.

A parte que assumia as primeiras perdas com inadimplência era chamada de Capital (Equity). Os detentores dessas cotas recebiam a taxa de remuneração mais elevada e amorteciam os riscos para os demais investidores. Se os prejuízos fossem maiores que o montante aportado como Capital, automaticamente a dife-

rença passava para a responsabilidade dos investidores da classe de risco seguinte, chamada “B”, e assim por diante. Na última posição estava a cota do tipo AAA, em que os cotistas só teriam perdas se todos os demais cotistas tivessem sofrido perdas integrais.

As cotas de menor risco eram classificadas em AAA, AA, A e vendidas pelos bancos diretamente aos investidores; as cotas de risco médio – B, BB e BBB – e as de risco extremo – o Capital – eram submetidas a uma nova transformação financeira, “securitização”, através de derivativos que melhoravam a classificação de risco desses créditos.

No entanto, depois de alcançar vendas de mais de 8,2 milhões de imóveis residenciais em 2005, o mercado americano iniciou uma trajetória de queda: as vendas nos 12 meses que antecederam setembro de 2007 atingiram 5,7 milhões, uma queda de 30%, sendo que para os imóveis novos essa queda atingiu um patamar de 50%. Os preços das residências começaram a cair ao final de 2006, dificultando a renegociação das hipotecas subprime, provocando uma desaceleração do mercado imobiliário americano, levando a uma onda de inadimplência, raiz da crise do subprime.

Diante da crise, os bancos tornaram seus critérios de concessão de crédito mais rígidos, elevando seus *spreads*, provocando uma “escassez” de crédito nos mercados. Este foi o principal elemento de contágio entre a crise financeira e a crise decorrente na economia real.

Objetivando reverter os efeitos da crise, governos e bancos centrais dos países desenvolvidos vêm articulando ações coordenadas, através de injeções de li-

quidez nos mercados. A economia brasileira tem sido afetada negativamente pela crise, mas os fundamentos macroeconômicos hoje são bem mais sólidos que em outras épocas. A grande mudança estrutural surgiu da substancial diminuição da dependência do petróleo. Outro destaque veio da queda do grau de vulnerabilidade externa da economia, por causa do aumento dos fluxos de capitais externos de longo prazo, o elevado nível de reservas internacionais, além da redução do endividamento externo, fatores positivos sobre o balanço de pagamentos no contexto da crise atual.

As decisões que envolvem políticas econômicas implicam grandes escolhas. É necessário o estabelecimento de metas e prioridades, centralizando o foco da ação, sem perder a visão estratégica de longo prazo. Principalmente na crise, essas escolhas serão determinantes do diferencial de desempenho dos países.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do docente em Princípios de Economia não é tornar nossos Aspirantes especialistas na área econômica, e sim dar-lhes mais elementos intelectuais para que sendo conhecedores de uma pequena parte de uma vasta teoria possam lidar melhor com situações que se lhe apresentem na sua trajetória pessoal e profissional. Essa é certamente a nossa missão dentro dos quadros da Marinha do Brasil.

Ao final de cada ano, no momento da formatura de mais uma turma de Guardas-Marinha, é impossível conter a emoção pela conclusão de mais uma etapa e pela certeza de ter contribuído para o sucesso desses vencedores:

*“Adeus, minha Escola querida,
Adeus, vou à Pátria servir,
Adeus, camaradas gentis,
Adeus, adeus, adeus,
Eu vou partir, eu vou partir.”*

(ADEUS À ESCOLA)

BIBLIOGRAFIA

LACERDA, Antônio C. *A Crise Internacional e o Brasil. (Artigo apresentado no Seminário sobre a Crise Financeira da IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão e o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, realizado no Rio de Janeiro no dia 29 de maio de 2009).*

SCHELLING, Thomas. *A Estratégia do Conflito. Harvard University Press, Cambridge, 1960.*

VON NEUMAN, John; MONGENSTERN, Oskar. *Teoria dos Jogos e Comportamento Estratégico. Princeton Univ. Press, Princeton, NJ, 1944.*